

**MESTRADO**  
**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS**  
**EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**GESTÃO DE RESULTADOS E DE CAPITAL NO SETOR**  
**BANCÁRIO EM ÁFRICA**

**SUZILEIDA CARVALHO INOCÊNCIO NEVES**

**OUTUBRO – 2016**

**MESTRADO**  
**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**GESTÃO DE RESULTADOS E DE CAPITAL NO SETOR  
BANCÁRIO EM ÁFRICA**

**SUZILEIDA CARVALHO INOCÊNCIO NEVES**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSORA INÊS MARIA GALVÃO TELES FERREIRA DA  
FONSECA PINTO**

**OUTUBRO – 2016**

### **Resumo**

O presente estudo analisa a existência de práticas de gestão de resultados e de capital no setor bancário em África. A amostra é constituída por 203 bancos de 11 países de África analisada durante o período de 2004 a 2014. Foi utilizado o modelo de Anandarajan et al. (2007). Os resultados obtidos sugerem que os bancos da amostra adotam a prática de gestão de resultados e de capital no sentido contrário ao que se esperava. Conclui-se ainda que com a Basileia III houve reforço de gestão de resultados uma vez que a variável BAS3 é estatisticamente significativa. Mesmo com os testes de robustez os resultados foram contrários a literatura existente (Ahmed et al. 1999; Anandarajan et al. 2007).

**Palavras-chaves:** gestão de resultados; gestão de capital; imparidades; setor bancário; *tier I*; Basileia; África; PALOPS

**Abstract**

*The main goal of this study is to analyze existence of practice on earnings management and capital in the banking sector in Africa. Sampling size comprised on 203 banks from 11 African Countries, during the period of 2004 to 2014. To achieve reliable results a model suggested by Anandarajan et al. (2007) was applied. The results found suggest that the banks adopt on results management practice and capital management practices in opposite as expected. It is concluded that even with Basel III there was reinforce of results management since results the variable BAS3 were statistically significant. Even with robustness tests the results were opposite to existing literature (Ahmed et al. 1999; Anandarajan et al 2007.)*

**Key words:** *Earnings management; capital management; loan loss provisions; bank sector; Basel accords; Africa; Palops*

### **Agradecimentos**

Aos orientadores Professor Alcino Gonçalves e Professora Inês Pinto, pela disponibilidade, orientação e atenção ao longo desses meses.

À minha família, meu pai António José Neves e minha mãe Maria Augusta Carvalho por acreditarem em min e pelo apoio incondicional. Apoio esse que mesmo distante me deram força e coragem para continuar em busca do meu sonho. Aos meus irmãos, Marcos Neves e Marvin Neves por todo esse tempo de ausência e saudades.

Não poderia deixar de agradecer também a uma pessoa muito especial, minha tia Maria Filomena Maurício. Muito obrigada por me ter acolhido como sua filha e por ter acreditado em min, pois sem ti não conseguiria estar cá hoje.

À todos os amigos que conheci nessa caminha, em especial aos “Bumbus” que a nossa união permaneça para sempre.

## ÍNDICE

RESUMO.....	I
ABSTRACT.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
LISTA DE TABELAS.....	V
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VI
LISTA DE ANEXOS.....	VII
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ENQUADRAMENTO.....	3
2.1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO .....	3
2.2. REGULAÇÃO BANCÁRIA – OS ACORDOS DE BASILEIA .....	5
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	8
3.1. CONTABILIDADE EM ÁFRICA .....	8
3.2. GESTÃO DE RESULTADOS E GESTÃO DE CAPITAL NO SETOR BANCÁRIO ....	13
3.3. MOTIVAÇÕES PARA A PRÁTICA DE GESTÃO DE RESULTADOS .....	17
3.4. DIFERENÇAS DE GESTÃO DE RESULTADOS A NÍVEL INTERNACIONAL .....	20
4. AMOSTRA E METODOLOGIA.....	23
4.1. AMOSTRA E DADOS .....	23
4.2. METODOLOGIA .....	24
4.2.1. Modelo.....	24
5. RESULTADOS .....	26
5.1. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS .....	26
5.2. MATRIZ DE CORRELAÇÃO .....	27
5.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA REGRESSÃO .....	28
5.3.1. <i>Gestão de resultados</i> .....	28
5.3.2. <i>Gestão de Capital</i> .....	31
5.3.3. <i>Teste de robustez</i> .....	33
6. CONCLUSÃO .....	34
7. BIBLIOGRAFIA .....	36
8. ANEXO .....	40

**Lista de tabelas**

<b>TABELA 1 - VARIÁVEIS DO MODELO .....</b>	<b>25</b>
<b>TABELA 2 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS .....</b>	<b>26</b>
<b>TABELA 3- TESTE DE IGUALDADE DAS MÉDIAS .....</b>	<b>27</b>
<b>TABELA 4 - COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>TABELA 5 - GESTÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>TABELA 6 - GESTÃO DE CAPITAL .....</b>	<b>31</b>

### **Lista de abreviaturas**

BIS - *Bank for International Settlements*;

FMI - Fundo Monetário Internacional;

IDE - Investimento Direto Estrangeiro;

IFRS - *International Financial Reporting Standards*;

LLP - *Loan Loss Provision*;

PALOPS – Países de Língua Oficial Portuguesa;

PIB – Produto Interno Bruto;



## Lista de anexos

<b>ANEXO I</b> - NÚMERO DE BANCOS POR PAÍS .....	40
<b>ANEXO II</b> - NÚMERO DE BANCOS COTADOS E NÃO COTADOS .....	40
<b>ANEXO III</b> - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS AMOSTRA TOTAL.....	41
<b>ANEXO IV</b> - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS BANCOS COTADOS .....	41
<b>ANEXO V</b> - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS BANCOS NÃO COTADOS.....	41
<b>ANEXO VI</b> - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS BASILEIAS ANTERIORES .....	42
<b>ANEXO VII</b> - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS BASILEIA III .....	42
<b>ANEXO VIII</b> - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PAÍSES COM MAIOR PIB.....	42
<b>ANEXO IX</b> - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS PALOPS.....	43
<b>ANEXO X</b> – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS LLP EM FUNÇÃO DOS PAÍSES .....	43
<b>ANEXO XI</b> - GESTÃO DE RESULTADOS COM DUMMY PALOPS.....	44
<b>ANEXO XII</b> - GESTÃO DE CAPITAL COM DUMMY PALOPS .....	45
<b>ANEXO XIII</b> - TESTE DE ROBUSTEZ - COM AMOSTRA DIVIDIDA EM 3 GRUPOS DE PAÍSES .....	46
<b>ANEXO XIV</b> - TESTE DE ROBUSTEZ – COM VARIÁVEIS EBT E CAP COM UM DESFASAMENTO TEMPORAL DE UM ANO .....	47

## 1. INTRODUÇÃO

África por ser um continente bastante diversificado tanto em termos culturais como económicos torna-se importante estudar o comportamento das empresas e dos bancos, no caso específico deste estudo, relativamente a temas centrais que afetam o mundo atual. Por isso, este estudo tem como finalidade estudar a existência de práticas de gestão de resultados e de capital no setor bancário em África por ser considerado um setor extremamente sensível. Para além da carência de estudos contabilísticos, uma outra motivação prende-se à ascensão económica de vários países africanos devido aos seus recursos naturais, como o petróleo. O estudo da contabilidade em África não tem sido muito desenvolvido ao contrário do resto do mundo (Rahaman, 2010). No setor bancário alguns estudos desenvolvidos têm vindo a incluir alguns países de africanos na amostra, nomeadamente África do Sul, mas não consta nenhum estudo com uma amostra constituída apenas por países africanos.

O setor bancário é caracterizado por uma forte supervisão devido às crises financeiras que o mundo tem sofrido em que os bancos estão sempre apontados como a causa. Desta forma foi constituído o comité de Basileia, constituído pelos responsáveis dos bancos centrais e autoridades de supervisão bancária dos países mais industrializados do mundo. Reúnem trimestralmente no *Bank for International Settlements* (BIS) em Basileia, na Suíça. Este comité tem como objetivo emitir normas com a finalidade de parametrizar e supervisionar o setor bancário a nível mundial. Desde a sua criação foram criadas 3 acordos de Basileia, sendo que atualmente está em vigor o acordo de Basileia III desde 2013.

Nas últimas décadas temos assistido a alguns escândalos financeiros com repercussão mundial que colocam em questão a verdadeira qualidade dos resultados das empresas e consequentemente dos bancos. Por isso vários autores tem-se dedicado ao estudo de práticas de gestão de resultados em empresas financeiras e não financeiras (Ahmed et al. 1999; Anandarajan et al. 2007; Dechow & Schrand 2004).

A gestão de resultados foi definida por Healy & Wahlen (1999) como os julgamentos feitos pelos gestores afim de apresentarem uma melhor imagem das demonstrações financeiras para os diversos *stakeholders*. Uma vez que o lucro continua a ser um dos indicadores mais importantes de avaliação de uma entidade pelos *stakeholders*. Pode ser feita através da gestão dos *accruals* ou através da gestão das atividades reais, isto é, dos fluxos de caixa. Sendo o setor bancário muito específico, a prática de gestão de resultados também é feita de forma específica. É feita através do *loan – loss provisioning* ou ainda através do *loan – loss reserves* (Beccalli et al. 2013). Sendo a primeira a forma mais utilizada pelos gestores bancários. No presente estudo o foco será nos *loan – loss provisioning*.

Pretende-se assim estudar a existência de práticas de gestão de resultados e de capital em África, sendo que os países que constituem a amostra são: Argélia, Angola, Cabo Verde, Egito, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Marrocos, Moçambique, Nigéria, São Tomé e Príncipe e África do Sul. Foram selecionados esses países porque inicialmente queria se testar apenas os países pertencentes aos PALOPS, mas posteriormente decidiu-se introduzir os 5 países de África com o PIB mais alto de África afim de se fazer uma

comparação do comportamento dos bancos desses países uma vez que a nível económico são muito distintos.

O estudo foi aplicado no período de 2004 a 2014, a uma amostra de 203 bancos cotados e não cotados de 11 países africanos.

Concluiu-se que os bancos da amostra adotam práticas de gestão de resultados e de capital mas no sentido contrário do esperado. Pelo que essa evidência não vai de encontro a literatura existente (Ahmed et al. 1999; Anandarajan et al. 2007; Shen & Huang 2013; Beatty et al. 1995). Uma vez que os resultados foram contrárias a literatura existente procedeu-se, assim, ao desenvolvimento de alguns testes de robustez em que os resultados apontaram para a existência de práticas de gestão de capital nos países do norte de África (Egipto e Marrocos)

Este estudo está dividido em 6 capítulos. Em que no 2º capítulo foi feita o enquadramento económico da amostra. No 3º capítulo foi feita a revisão da literatura em que suporta o presente estudo, desenvolvendo esta temática e levantamento das hipóteses do estudo. No 4º capítulo aborda-se o processo de seleção da amostra e a descrição da metodologia utilizada. No 5º capítulo são apresentados os resultados obtidos no estudo. Finalmente no 6º capítulo são apresentadas as principais conclusões do estudo, as limitações e pistas de investigação futura.

## **2. Enquadramento**

### **2.1. Enquadramento económico**

África é caracterizada por uma multiplicidade de realidades económicas, constituída assim por países em vias de desenvolvimento, insulares (Cabo

Verde e São Tomé e Príncipe), países desenvolvidos (África do Sul) e ainda países ricos em recursos naturais (Angola).

Os países insulares suportam vários desafios ao seu desenvolvimento, nomeadamente os choques externos que estão na génese dos países similares. Das características presentes nos países insulares, segundo Briguglio (1995) temos os recursos naturais limitados, dependência de importações de certos produtos. Ainda temos os países em vias de desenvolvidos que enfrentam os mesmos problemas, que os insulares em termos de falta de atração do investimento direto estrangeiro (IDE).

Por outro lado ainda existem países em África que são desenvolvidos como é o caso da África do Sul e que possuem muitos recursos naturais. Temos o exemplo de Angola que é um grande produtor de petróleo no continente mas que continua ser considerado um país em vias de desenvolvimento.

Dada essa diversidade económica existente neste continente o presente estudo têm uma amostra que comporta duas realidades distintas por um lado têm os Países de língua Oficial Portuguesa (PALOPS)<sup>1</sup> e por outro lado têm 5 países mais ricos de África. O objetivo do presente estudo é analisar a existência de práticas de gestão de resultados e de capital no setor bancário desses países africanos, uma vez que este setor é muito sensível e está quase sempre no centro das crises económicas a nível mundial.

O setor bancário não foge a essa diversidade ao que existe países com um sistema bancário mais desenvolvido e por outro lado encontramos países

---

<sup>1</sup> Países que pertencem ao PALOP: Angola; Cabo Verde; Guiné Equatorial; Guiné Bissau; Moçambique e São Tomé e Príncipe.

com o setor bancário um pouco incipiente como podemos ver no anexo I que mostra o peso de cada país na amostra. É de referir ainda que os países com maior peso na amostra são: África do sul; Egito; Nigéria e Marrocos.

## **2.2. Regulação bancária – os acordos de Basileia**

No setor bancário os acordos de Basileia são de extrema importância por causa da supervisão prudencial, isto é, as regras estipuladas têm consequências ao nível da gestão de capital e de resultados pelos bancos (Beccalli et al. 2013).

O comité da Basileia foi criado em 1974 e institucionalizado oficialmente em 1975. É constituída pelos responsáveis dos bancos centrais e autoridades de supervisão bancária dos países mais industrializados do mundo. Reúnem-se trimestralmente no *Bank for International Settlements* (BIS) em Basileia, na Suíça (Balthazar 2006).

Desde a criação do comité de Basileia até hoje foram criadas 3 acordos de Basileia. A **Basileia I**, *International Convergence of Capital Measurement and capital Standards*, concentra-se principalmente no risco de crédito ao estabelecer os requisitos mínimos de capital em 8%. Estabeleceu assim, duas classes de capital, *TIER I* e *TIER II*. O *Tier II* têm um limite de 100% do *tier I*. O *tier I* ou *Core Capital* é constituído pelo capital e pelas reservas divulgadas (lucro retido; reservas legais), enquanto que o *tier II* ou capital suplementar é constituído pelas reservas não divulgadas; reservas de reavaliação de ativos; provisões gerais; instrumentos híbridos e dívida subordinada (máximo 50% *tier I*, mínimo de 5 anos – fator de desconto para prazos mais curtos). No *tier I* é deduzido o *goodwill* e os investimentos em subsidiárias não controladas,

enquanto que no *tier II* é deduzido apenas investimentos em subsidiárias não controladas. No presente estudo analisaremos apenas o *tier I* por ser considerado um rácio muito importante para os bancos.

Em consequência das lacunas presentes na Basileia I foi criada a **Basileia II**. Em 2006, o acordo de Basileia I foi substituído pelo acordo de **Basileia II**, este assenta em 3 pilares, o primeiro é na determinação dos requisitos mínimos dos fundos próprios, a segunda é no processo de avaliação pela autoridade de supervisão e a terceira é na disciplina de mercado. O primeiro pilar – requisitos mínimos dos fundos próprios continua a ser 8%, mas a forma de cálculo é diferente da Basileia I. Estabelece as regras para o cálculo dos requisitos mínimos de capital para cobrir os riscos de crédito, de mercado e operacionais. O segundo pilar – processo de avaliação pela autoridade de supervisão – obriga aos bancos a ter um sistema de controlo interno capaz de avaliar os riscos que a mesma incorre. Isto é, para que tenham um capital interno mediante os riscos específicos de cada banco. Pressupõe a existência de reguladores para assegurar o cumprimento do pilar 1 pelos bancos. O terceiro pilar – disciplina de mercado – visa estabelecer a publicação do relatório de cada banco em que especifica as políticas de gestão, a descrição dos riscos incorridos entre outros. Tem como finalidade garantir a transparência dos bancos.

Foi criado mais um tier, o *tier III* e está ligado ao risco do mercado. É constituída pela dívida subordinada de curto prazo e tem de satisfazer as seguintes condições:

- Têm de ser num máximo 250% do capital do *tier I* do banco e esta percentagem do *tier I* tem de ser suficiente para suportar os riscos de mercado;
- Não se pode pagar nenhum juro e nem capital se o banco ficar abaixo dos requisitos mínimos de capital depois desse pagamento.
- O capital do *tier II* pode ser substituído pelo *tier I* até 250%, mas o *tier II* não pode ser maior que o *tier I* e a dívida de longo prazo por sua vez não pode ultrapassar 50% do *tier I*.
- A soma do *tier II* e do *tier III* tem de ser maior que o *tier I*.
- O *tier I* têm de ser no mínimo 50% do capital da base.

Posteriormente, em 2010 foi criado o acordo de **Basileia III** devido a crise de 2008 em que os bancos estiveram no centro provocando falências e a descapitalização de vários bancos. Este acordo é constituído por dois documentos base: “**Basel III - a global regulatory framework for more resilient banks and banking systems**” e “**Basel III – International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring**” em junho de 2011 e dezembro de 2010 respetivamente.

Este têm como objetivo melhorar a qualidade do capital dos bancos e aumentar a sua capacidade de absorver prejuízos em momentos de pouca liquidez (Faria 2015). Faz isso através de algumas alterações feitas no capital mínimo exigido, no *tier I* e no risco de crédito.

O *tier I* passa a ser a soma do capital principal (que é a soma do capital social dos bancos excluindo os dividendos e os lucros retidos) e o capital adicional que são os instrumentos híbridos de capital e dívida. Por conseguinte,



o *tier II* passa a ser constituída pelas dívidas subordinadas desde que seja no máximo 50% do capital do *tier I*.

A outra alteração diz respeito ao capital regulatório em que os bancos devem manter 4,5% do seu ativo ponderado pelo risco (RWA) do capital principal, 6% do ativo ponderado pelo risco do *Tier 1* e 8% do ativo ponderado pelo risco do total do seu capital regulatório.

A terceira alteração está relacionada com o risco de crédito em que exige maior rigor no apuramento do ativo ponderado pelos riscos (RWA) e aos requisitos de capital sobre o risco de contraparte.

Com a Basileia III foram tomadas algumas medidas adicionais que diferenciam dos anteriores acordos. Essas medidas adicionais dividem-se em 2:

- A criação de *buffers* de capital que se refere à constituição de um capital de conservação para que nos períodos de crise possa absorver as perdas. Este capital deve ser constituído por um adicional de 2,5% sobre o ativo ponderado pelo risco;

- Criação de índices de liquidez e índices de alavancagem necessários para a estabilidade dos bancos.

Parte deste acordo foi adotado até 2013 e prevê-se que os países adotem a totalidade do acordo até 2019.

### **3. REVISÃO DA LITERATURA**

#### **3.1. Contabilidade em África**

Apesar de África ser um continente bastante diversificado há fatores de união entre todos os países, tais como as dificuldades a nível político e socio-económico, a colonização, as lutas pela libertação e a má gestão como foi

referido por Rahaman (2010). É neste sentido que as práticas contabilísticas não poderão ser excluídas. Para além disso muitos países africanos têm a particularidade de ter uma economia pouco desenvolvida, um alto nível de corrupção e ainda têm uma forte intervenção do Estado nas questões empresariais (Rahaman 2010; Assenso-Okofu et al. 2011).

O estudo da contabilidade em África não tem sido muito desenvolvida ao contrário do resto do mundo (Rahaman, 2010). Gray (1983) diz que a cultura e o ambiente externo influenciam o desenvolvimento da contabilidade. Esta ideia é consistente ainda, com o estudo do Hassabelnaby et al. (2003) que testa a relação entre os fatores ambientais e o desenvolvimento da contabilidade no Egito. Os fatores que este autor testa são: o desenvolvimento do ambiente económico, o ambiente político, o desenvolvimento do mercado de capitais e ainda a privatização de empresas estatais. Este conclui que os fatores ambientais e o desenvolvimento da contabilidade têm uma relação forte e ainda varia ao longo do tempo. Apesar de, os fatores como a privatização e o desenvolvimento do mercado dos capitais não terem sido comprovado uma relação com o desenvolvimento da contabilidade.

Entretanto, reparamos que a maioria dos países que foram colónias dos Europeus prosseguem as mesmas práticas contabilísticas. Este facto pode ser explicado pelo fator “herança colonial” que segundo Nobes (1998) é uma das razões que diferencia a contabilidade internacional. Esses países herdaram as práticas contabilísticas, as leis do código das empresas comerciais, logo o reporte financeiro desses países tem semelhanças com os ex colonizadores.

Neste ponto de vista, podemos verificar que após a independência muitos prosseguiram com as mesmas técnicas e práticas contabilísticas. Como é o caso de Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Luther & Longden (2001) refere que no caso da África do Sul continuaram com as mesmas práticas contabilísticas, uma vez que a maioria das empresas têm ligações com empresas Inglesas ou ainda são filiais das mesmas. Por outro lado, ainda na literatura, temos o caso do Quénia que por sua vez teve uma atitude contrária aos demais, por tentar excluir os não nacionais dos postos de contabilidade, dando oportunidade somente aos nacionais (Sian, 2007).

Essa atitude por parte das ex- colónias é justificada pelo facto de continuarem a manter relações fortes com os ex-colonizadores (Luther & Longden 2001). O que é verificado pela maioria dos PALOPS.

Um grave problema que a maioria dos países africanos enfrenta é a falta de investimentos privados ou mesmo de desenvolvimento económico. Necessitando assim, muitas das vezes de um impulso por parte de investidores externos ou mesmo de organismos internacionais como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com isto a maioria dos países têm adotado práticas afim de se aproximar o máximo possível das práticas dos países europeus ou mesmo a seguir as regras que os órgãos internacionais os impõem.

Este fenómeno tem como pano de fundo a tentativa de atrair investimento direto estrangeiro (IDE) para fomentar o desenvolvimento da sua economia e ainda ganhar alguma credibilidade a nível internacional. É o caso

de entrada de multinacionais nos países africanos, que por vezes há um choque de realidade em termos de normas contabilísticas. Pode resultar em confrontos entre países pelo simples facto de que as normas contabilísticas dos países de origem das empresas serem diferentes do país africano em que este se pretende instalar (Assenso-Okofu et al. 2011).

Este facto levou a que alguns adotassem as normas internacionais, isto é, as IFRS. Com a adoção das IFRS os países africanos esperam melhorar o seu reporte financeiro. Isto porque a melhoria da qualidade das normas contabilísticas, leva a melhoria do reporte financeiro e melhora o ambiente de negócio para os nacionais e o estrangeiros. O que proporciona um desenvolvimento económico e dos mercados de capitais (Assenso-Okofu et al. 2011).

Zehri & Chouaibi (2013) tentou estudar o porquê dos países em desenvolvimento adotarem as IFRS e testou 74 países. A conclusão a que chegou foi que os países que mais rapidamente adotavam essas novas normas seriam aquelas que adotam um sistema *common law*, que têm uma alta taxa de crescimento económico e um alto nível de educação. Referiu, ainda, que fatores como a internacionalização não têm um impacto significativo para a decisão de adotar ou não as IFRS. Mas, o facto é que, a maioria dos países africanos que adotaram as IFRS, o fizeram com o intuito de atualizarem o seus sistemas de contabilidade. Mantendo os seus sistemas de contabilidade atualizados facilitam as relações que mantém com o exterior (Assenso-Okofu et al. 2011).

A implementação das IFRS têm como objetivo a harmonização contabilística a nível internacional, com o intuito de diminuir os custos de transação e melhorar a comparabilidade internacional (George, 2010).

Bush & Maltby (2004) desenvolve o seu estudo sobre os países da africa ocidental (Nigéria, Gana), isto é, países que foram colónias inglesas. Demonstra a importância que a contabilidade teve no desenvolvimento dessas colónias devido à fiscalidade. O desenvolvimento da contabilidade neste contexto teve como impulso a fiscalidade, uma vez que os ingleses tinham todas as colónias organizadas por forma a fazerem a máxima coleta possível dos impostos.

Assenso-Okofu et al. (2011) desenvolve o seu estudo no Gana, que também foi uma das colónias inglesas. Analisa o desenvolvimento das práticas contabilísticas e do reporte financeiro no Gana através da análise da conjuntura política, económica, o ensino da contabilidade, as normas anteriores das IFRS e ainda a implementação das IFRS. Este autor demonstra o porquê que o Gana decidiu implementar as normas internacionais, demonstrando que o IDE, a entrada das multinacionais no país são fatores que impulsionam a mais rápida adoção das IFRS.

É de referir ainda que a adoção das IFRS por parte dos países africanos foi feita por fases, primeiramente foi adotada somente pelo setor financeiro, isto é os bancos cotados e não cotados como por exemplo em Marrocos e Angola.

O desenvolvimento da contabilidade em África esta, como já foi referido, dependente não só do ambiente económico mas também das particularidades

existente no próprio continente em termos das dificuldades em que vive e da forma como tem feito para o contornar.

Assim, as guerras antigas e a corrupção levam a pobreza extrema que por sua vez intervém no desenvolvimento económico de África, apesar de haver países ricos em recursos naturais. Muitas vezes esses recursos não são aproveitados da melhor forma, consequentemente, estes países continuam a necessitar de ajuda internacional (Assenso-Okofu et al. 2011; Rahaman, 2010). Ajuda para desenvolver práticas que tragam credibilidade e demonstre estabilidade para atrair investimentos, que impulsiona o desenvolvimento económico e a diminuição da pobreza. Por isso, Assenso-Okofu et al. (2011) frisa a importância do investimento direto estrangeiro (IDE) para os países africanos como forma de diminuir a dependência de doações externas. E ainda defende que se melhorarem as suas práticas de contabilidade e consequentemente melhoria do reporte financeiro vão impulsionar o desenvolvimento económico e dos seus mercados.

### **3.2. Gestão de resultados e Gestão de capital no setor bancário**

Nas últimas décadas temos assistido a alguns escândalos financeiros com repercussão mundial que colocam em questão a verdadeira qualidade dos resultados das empresas e consequentemente dos bancos.

Entretanto, têm sido desenvolvidos vários estudos neste âmbito, sobre a qualidade dos resultados e as práticas de gestão de resultados adotados pelos gestores. Normalmente, esses estudos são desenvolvidos por países, analisando empresas cotadas e não cotadas separadamente. Temos por exemplo, o estudo do Burgstahler & Dichev (1997) que tenta evidenciar as

práticas de gestão de resultados para evitar perdas e diminuição de ganhos para empresas não bancárias. Também temos estudos que referem ao setor bancário como por exemplo Beatty & Liao (2014) que estudam a associação entre o reporte financeiro bancário e o risco, associação entre a regulação do capital e a gestão de resultados e ainda o impacto das decisões económicas nos diferentes regimes contabilísticos.

*“Gestão de resultados ocorre quando os gestores usam os seus julgamentos nos relatórios financeiros e na estruturação de operações para alterar os relatórios financeiros com a finalidade de aludir as partes interessadas sobre o desempenho económico da empresa ou para influenciar os resultados contratuais que dependem dos relatos das práticas contabilísticas”* (Healy & Wahlen, 1999) página 368.

A gestão de resultados poderá revestir a forma de: *earnings smoothings*; *big bath*; *bum up* e *cookie jar*. *Earnings smoothings* significa manter ao longo dos anos um padrão de resultados, isto é, manter os resultados constantes; *Big bath* é fazer com que o resultado do período piore para libertar os próximos anos; *Bum up* é o contrário do anterior, pois aqui tenta aumentar-se os resultados por forma a alcançar o target; *cookie jar* é o mecanismo de criar reservas para serem utilizadas em períodos menos bons.

Gestão de resultados pode ser feita através da gestão dos *accruals* ou através da gestão das atividades reais, isto é, dos fluxos de caixa. A gestão dos *accruals* é feito por meio de estimativas, isto é, através das imparidades e provisões. Havendo a distinção entre *accruals* normais, que fazem parte do negócio da empresa, e *accruals* discricionários ou anormais, que não fazem

parte do negócio da empresa (Dechow et al. 2010). A manipulação das atividades reais, isto é, dos fluxos de caixa, são os adiantamentos ou atrasos propositados de vendas, reconhecimento de perdas ou ganhos por forma a alterar os resultados.

Dada a especificidade do setor bancário não é de estranhar que também a gestão de resultados é feita de forma específica. Neste setor esta prática é feita através do *loan – loss provisioning* ou ainda através do *loan – loss reserves* (Beccalli et al. 2013). Sendo a primeira a forma mais utilizada pelos gestores bancários. Enquanto que os *loan – loss provisioning* são imparidades dos créditos, os *loan – loss reserves* são as estimativas das perdas dos créditos vencidos e não pagos.

Normalmente os estudos no setor bancário têm sido feito mediante 3 abordagens: - avaliação do risco e da relevância da informação contabilística bancária; o uso da contabilidade para a prática de gestão de resultados e do capital regulatório; e ainda o impacto da contabilidade para as práticas bancárias durante e após crises (Beatty & Liao 2014).

Para além da gestão de resultados dão enfoque a gestão de capital neste setor, uma vez que neste caso em concreto os gestores bancários têm incentivos para a prática de gestão de capital. Isto porque os bancos são regulados e têm de manter o nível mínimo de capital estipulado nos acordos de Basileia. Com isto estes podem ter incentivos para gerir o capital com a finalidade de chegar o nível mínimo exigido (Beatty et al. 1995).

Este setor tem uma regulação forte precisamente por causa da assimetria de informações financeiras entre os bancos e os depositantes, por



isso que as informações dos bancos são consideradas opacas. A falta de transparência é explicada pelo facto das decisões de investimento não serem conhecidas pelos clientes (Beccalli et al. 2013).

Por forma a tornar as informações dos bancos mais transparentes a regulação é modificada sempre, nomeadamente em períodos de crise. Isto porque o sistema bancário é o centro do sistema financeiro de um país dada a sua vulnerabilidade em períodos de crise (Bushman 2014; Faria 2015). Por conseguinte as alterações feitas na regulação bancária quase sempre é em resposta a um período de crise e os estudos são feitos para comparar o efeito da nova regulação e não em busca de novas alternativas a regulação, ao que Beatty & Liao (2014) criticam uma vez que acham que devia ser ao contrário. Isto também é reforçado pelo facto da Basileia III ter sido criada por causa da crise de 2008 que causou transformações ao nível das instituições financeiras jamais vistas a nível global.

Mas, o aumento da regulação deste setor por outro lado diminui o âmbito de atuação dos bancos no mercado dos derivados (Beatty & Liao 2014). Uma vez que faz parte da essência desta atividade ocultar determinadas informações afim de atrair mais clientes.

Verifica-se que no setor bancário os *accruals* têm maior importância. Por conseguinte nos bancos comerciais os *accruals* com maior peso são os *loan – loss provisioning* (LLPs) o que causa muito impacto na gestão de capital e dos resultados (Ahmed et al. 1999). Estes servem para refletir as perdas futuras dos empréstimos da carteira de negócio dos bancos. (Ahmed et al. 1999; Anandarajan et al. 2007). Por conseguinte, acarreta alguma subjetividade para

os gestores bancários abrindo assim, a possibilidade transformar determinadas informações nos relatórios financeiros.

No que se refere a gestão de resultados no setor bancário os resultados têm sido contraditórios. Por exemplo Collins et al. (1995) concluiu no seu estudo que existe uma relação positiva entre os LLPs e a gestão de resultados. Ao contrário de Beatty et al. (1995) que no seu estudo não encontra evidências da prática de gestão dos resultados através dos LLPs pelos bancos.

Agora relativamente a gestão de capital no setor bancário os resultados têm sido mais ou menos semelhantes. Beatty et al. (1995) encontra uma relação negativa entre LLP e o rácio de capital que significa a utilização dos LLPs para gerir os requisitos mínimos de capital afim de reduzir o custo regulação. Ahmed et al. (1999) encontra o mesmo resultado.

### **3.3. Motivações para a prática de gestão de resultados**

Os gestores normalmente praticam a gestão de resultados, porque até hoje o indicador de maior relevância para uma empresa é o lucro (Bjurman & Rahman, 2014). Por isso, segundo Graham et al. (2005), os gestores acreditam que a sua credibilidade no mercado advém do facto de estes atingirem os objetivos dos resultados a fim de aumentarem o preço das ações da empresa. Para os bancos a credibilidade têm um significado muito maior pois é um fator muito importante para os clientes na hora da escolha do seu banco.

Nas empresas não bancárias as motivações dessa prática por parte dos gestores são, segundo Bjurman & Rahman (2014), contratuais ou regulamentares, dos mercados de capitais, das agências de ranking e ainda do bónus oferecido aos gestores.

As agências de ranking mantêm uma expectativa de crescimento para cada empresa e no caso de estas não cumprirem, a credibilidade no mercado poderá vir a baixar. O mesmo acontece para os bancos que as agências de ranking dão uma classificação para cada uma e no caso de suspeitarem da prática de gestão de resultados por estes poderão baixar as suas classificações. Consequentemente, isto leva a uma queda do preço das ações (Shen & Huang 2013). As estimativas das agências de ranking tem mais peso nos EUA e ainda nos países europeus. Yu, (2008) analisa a influência dos analistas financeiros sobre os investidores e a relação entre a pressão que exerce sobre os gestores e a gestão de resultados. Uma vez que as empresas que não atingem as previsões dos analistas acabam por ver o preço das suas ações a reduzirem. Essa pressão que os analistas exercem sobre os gestores muitas das vezes aumenta a probabilidade de eles praticarem a gestão de resultados.

Mas neste ponto em específico para os bancos existem poucos estudos neste sentido ao contrário das empresas não bancárias (Beccalli et al. 2013). Beccalli et al. (2013) desenvolve o seu estudo neste ponto em específico ao estudar a gestão de resultados e a orientação das previsões por parte dos bancos em tempos de crise. Concluindo que os bancos usam os LLPs para fazer a gestão de resultados e orientação das previsões das agências de ranking como complementares em períodos de crise.

De acordo com as evidências de Ahmed et al. (1999) e Beccalli et al. (2013) levanta-se a primeira hipótese do estudo:

**H1:** *Os gestores praticam gestão de capital de forma a aumentar o rácio de capital através dos LLPs;*

As motivações relativamente aos mercados de capitais está relacionada com a valorização da empresa e por conseguinte com o valor das ações. Principalmente, em países onde o mercado de capitais é muito desenvolvido, em que há muita interação entre os investidores e as empresas. Porque o jogo da compra e recompra de ações é muito ativo (Dechow & Schrand, 2004). Mas no caso específico desta amostra esta motivação não têm muita expressividade.

No que se refere às motivações contratuais são os contratos que os acionistas estabelecem com os próprios gestores, logo estes fazem de tudo para os atingir. Com o receio de perder a sua credibilidade perante os acionistas.

Graham et al. (2005) mostra que os gestores estão sempre no dilema entre apresentar resultados bons no curto prazo e a maximizar o valor da empresa, ao atingir os objetivos do longo prazo. Desta forma, os gestores admitem que poderão tomar decisões que alterem o *timing* dos resultados, podendo adiantar ou atrasar ou até abandonar projetos com o intuito de obter ganhos no curto prazo. Fazem isso com o objetivo de obter os resultados que os *stakeholders* e os analistas esperam. Uma vez que, o mercado é sensível aos resultados das empresas. Por isso, a maioria dos gestores preferem manter os resultados constantes ao longo dos anos, isto é praticam “*earnings smothings*”.

Greenawalt & Sinkey (1988) chegam a conclusão que a motivação dos bancos para se envolverem em *“income-smoothing”* é a regulação, a gestão do risco, a teoria da agência e a compensação política.

Defond & Park (1997) estudam se os gestores fazem *“earnings smoothings”* para não serem demitidos quando têm um desempenho negativo. Os gestores têm a tendência de alisar os resultados em períodos após ter resultados negativos. Constituindo assim um incentivo para a manipulação dos *accruals*. Os resultados do estudo não foram conclusivos.

### **3.4. Diferenças de gestão de resultados a nível internacional**

Assim, como há disparidades em termos de práticas contabilísticas a nível internacional, existem também disparidades a nível de práticas de gestão de resultados. Leuz et al. (2003) evidência que o fator de diferenciação das práticas de gestão de resultados a nível internacional é a proteção dos investidores. As economias com o mercado de capitais menos desenvolvidos e com uma fraca aplicação da lei estão mais propensas a práticas de gestão de resultados. Normalmente, as economias com forte proteção aos investidores tem leis mais severas em relação à divulgação da informação contabilística. Uma vez que dão muita importância à divulgação de informação fidedigna aos *“stakeholders”*.

Enomoto et al. (2015) suporta as ideias do Leuz et al. (2003) e expande as evidências ao tentar testar se os países com uma forte proteção dos acionistas deixam de praticar a gestão de resultados através da manipulação dos *accruals* em vez da manipulação das atividades reais. A conclusão a que chegaram é que os países com uma forte proteção dos investidores praticam

mais manipulação das atividades reais. Esta conclusão pode ser justificada pelo facto de que as atividades reais dificilmente serem detetadas pelos auditores, uma vez que se confunde com a atividade real da empresa.

Bushman & Williams (2012) estudam as diferenças entre os vários critérios contabilísticos entre países na forma de reconhecer os empréstimos, tendo em atenção a transparência dos bancos. Eles concluíram assim, que a transparência do reporte financeiro dos bancos é afetada, o que compromete a disciplina do mercado, em países que há muita discricionariedade no reconhecimento dos LLPs. Isto porque nos países onde há pouca transparência dos bancos significa que o regime do LLP permite alisamento dos resultados (Bushman & Williams 2012).

Shen & Huang (2013) desenvolvem o estudo com 85 países dos quais África do sul, Nigéria e Marrocos fazem parte da amostra, afim de testar a influência que a gestão de resultados tem no custo dos créditos bancários através dos ratings dos bancos. Eles chegam a conclusão que os países que mais praticam a gestão de resultados são aquelas que a informação é mais assimétrica, ou seja, a regulação é ineficaz e consequentemente as agências de ratings não têm confiança nestes países por isso o que agrava o impacto da gestão dos resultados no custo dos empréstimos e na classificação dos ratings. No caso específico de África neste estudo chegou-se a conclusão que estes praticam mais alisamento de resultados por serem menos desenvolvidos.

Através das evidências de Greenawalt & Sinkey (1988) e Bushman & Williams (2012) levantamos a segunda hipótese:

**H2:** *Os gestores praticam a gestão de resultados através dos LLPs para aumentar os resultados;*

Em ambientes diferentes poderá haver práticas diferentes como foi referido acima. George (2010) implementa o seu estudo no Reino Unido, em que prova que com a adoção das IFRS há uma diminuição das práticas de gestão de resultados.

Pududu & Villiers (2016) testa se os gestores da África do Sul evitam reportar pequenas perdas através da gestão de resultados. Esse estudo foi feito com base no estudo de Burgstahler & Dichev (1997), só que aplicado agora na realidade da África do Sul. Concluíram que os gestores sul-africanos não praticam gestão de resultados com o intuito de evitar pequenas perdas ou para diminuir os lucros pequenos. As conclusões encontradas não significam que as empresas da África do Sul não pratiquem gestão de resultados, uma vez que a amostra era muito reduzida.

Apesar de as práticas de gestão de resultados não serem consideradas fraudes, esta prática não transmite a realidade económica verdadeira da empresa. Os gestores admitem que por vezes poderão adotar práticas que a longo prazo poderão ter influências económicas para a empresa. Apesar da alteração do *timing* do reconhecimento de perda ou dos gastos, a longo prazo anula-se o efeito, porque o que está em questão é apenas o atraso ou o adiantamento, poderá ter consequências económicas para a empresa.

Uma vez que a amostra contém dois grupos de países distintos em termos económicos poderá haver práticas diferentes de gestão de resultados e de capital por parte dos seus respetivos bancos. No estudo de Shen & Huang

(2013) comprovou-se que os países africanos que faziam parte da amostra adotavam mais práticas de gestão de resultados levantamos a terceira hipótese:

**H3:** *os países que pertencem aos Palops praticam mais gestão de resultados e de capital do que os outros países de África com maior pib;*

## **4. Amostra e Metodologia**

### **4.1. AMOSTRA E DADOS**

A amostra foi retirada das bases de dados “Bankscope – wordbanking information source” e “The World bank databank”. Foram extraídos dados sobre os bancos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)<sup>2</sup> e os 5 países de África com o PIB mais elevado. Com isto, incluiu-se de acordo com o ranking do PIB os seguintes países: Nigéria; Egipto; África do Sul; Argélia e Marrocos. A amostra inicial é constituída por 261 bancos. Posteriormente foram excluídos 50 bancos por não terem informações ou ainda por serem bancos centrais. Com isto a amostra ficou com 211 bancos.

Eliminou-se os *outliers* para não correr o risco de enviesamento dos resultados. Considerando *outliers* os valores que estivessem acima de  $Q3 + 1,5AIQ$  e abaixo de  $Q1 - 1,5AIQ$ , isto é, eliminando os *outliers* severos. Com isto elimina-se mais 8 bancos por estarem de acordo com a definição de *outliers* usada neste trabalho. Passou-se assim a ter uma amostra constituída com 203 bancos. (anexo I) Posteriormente aplicou-se o modelo que vai se descrito no próximo tópico. Os resultados serão discutidos no próximo capítulo.

---

<sup>2</sup> Países que pertencem ao PALOP: Angola; Cabo Verde; Guiné Equatorial; Guiné Bissau; Moçambique e São Tomé e Príncipe.



O *software* estatístico utilizado para a construção do modelo e análise estatístico foi o STATA versão 13,0.

## 4.2. Metodologia

A variável dependente do modelo é LLP *loan loss provision* pelo total do ativo. Este rácio serve para normalizar o modelo.

### Variáveis independentes são:

EBIT – rácio resultado antes do imposto e LLP e ativos totais (GR)

CAP – rácio do capital tier 1/ mínimo do capital regulamentar (GC)

ΔPIB – produto interno bruto do país em causa

TA – logaritmo natural do total dos ativos

ΔNPL – variação in non-performing loans / average loans outstanding

### Variáveis dummies

País

Bas3 – 1 para os anos 2013 e 2014 e 0 para os restantes anos;

Palop – 1 se pertencer aos palops e 0 caso contrário;

Cot – 1 se for cotado e 0 caso contrário.

DSOUTHAFRICA – 1 se for África do sul e Nigéria (países com influência contabilística inglesa) e 0 caso contrário

DNORTH – 1 se for Egipto e Marrocos e 0 caso contrário

### 4.2.1. Modelo

O modelo utilizado é o modelo seguido por Anandarajan et al. (2007).

$$LLP = \beta_0 + \beta_2 EBIT + \beta_3 CAP + \beta_4 PIB + \beta_5 TA + \beta_6 \Delta NPL + \beta_8 BAS3 + \beta_9 Cot + \beta_{10} PAÍS + \beta_{11} Ano + E_t$$

**Tabela 1** - Variáveis do modelo

<b>Variável</b>	<b>Sinal esperado</b>	<b>Autor</b>	<b>Descrição</b>
EBIT	+	(Ahmed et al. 1999) (Anandarajan et al. 2007)	Esta variável têm a função de captar a existência ou não de práticas de gestão de resultados pelos bancos. Em que a existência de uma associação positiva com LLP significa existência de gestão de resultados.
CAP (rácio de capital – tier I)	-	(Ahmed et al. 1999) (Anandarajan et al. 2007) (Beatty et al. 1995)	Esta variável por sua vez têm a função de captar a existência de gestão de capital por parte dos bancos. Se existir uma associação negativa com LLP significa que houve gestão de capital.
$\Delta$ PIB		(Anandarajan et al. 2007)	A sua função será captar a realidade macroeconómica de cada país, isto é o crescimento económico.
TA (logaritmo natural do total do ativo)	+	(Anandarajan et al. 2007)	Esta variável capta a dimensão do banco, uma vez que bancos maiores têm a tendência de reconhecer mais LLP.
$\Delta$ NPL	+	(Ahmed et al. 1999)	Esta variável é utilizada com a finalidade de medir o risco do banco.

## 5. RESULTADOS

### 5.1. Estatísticas descritivas

Antes de começar a análise da regressão é importante ter em atenção também as estatísticas descritivas. As tabelas apresentadas abaixo foram retiradas os *outliers* com a finalidade de ter resultados mais fidedignos.

**Tabela 2** - Estatísticas descritivas

Variable	Mean	p50	Sd	Min	Max
LLP_	0.013	0.006	0.025	0.000	0.348
TA	7 412 632	1 272 193	17 300 000	76	150 000 000
EBIT	0.020	0.018	0.037	-0.187	0.385
CAP	0.168	0.140	0.082	0.010	0.490
NPL	0.010	0.004	0.079	-0.436	0.788
PIB	0.051	0.046	0.046	-0.065	0.380

LLP: rácio entre as imparidades e o ativo total; TA: total do ativo; EBIT: rácio dos resultados antes de impostos e imparidades e o ativo total; CAP: *tier I*; NPL: variação de crédito em risco; PIB: crescimento do PIB.

A tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis do modelo. A variável dependente, isto é, o LLP têm uma média na amostra total de 1,3%. Pode-se verificar ainda uma ligeira diferença entre as médias dos bancos cotados e dos não cotados em relação a média da amostra total que pode ser explicada pelo facto de os bancos não cotados reconhecerem mais LLP. Utilizou-se ainda o teste-t para amostras independentes para testar a hipótese nula da igualdade de médias para a variável dependente para os bancos cotados e não cotados, tendo assim, obtido os resultados da tabela 3. Como a amostra é grande considera-se assim que a amostra segue uma distribuição normal. Rejeita-se a hipótese nula uma vez que o p-value = 0.0000, logo

conclui-se que a diferença de médias é estatisticamente significativa. Isto prova a diferença entre as médias dos bancos cotados e não cotados.

**Tabela 3-** Teste de igualdade das médias

Group	Obs	Mean
<b>Cotada</b>	888	0.0139
<b>Não cotada</b>	334	0.0098
<b>T</b>		3.2922
<b>Graus de liberdade</b>		1011.1
<b>P-value</b>		0.001

Por outro lado podemos verificar ainda que os palops têm uma média do LLP superior aos países com maior pib de África, 0,012 para os palops e 0,014 para os países de maior pib. (anexos III a X)

A variável EBIT que é rácio do resultado antes do imposto e LLP e ativo total têm uma média de 13,98% para a amostra total e ainda 13,52% e 15,21% para bancos cotados e não cotados respetivamente que poderá ser explicado como já tinha referido anteriormente que os bancos não cotados reconhecem mais LLP.

A variável CAP ou o rácio de capital têm uma média de 16,8% para a amostra total e 17,8% para os bancos cotados e 15,6% para os bancos não cotados.

Na variável PIB por se tratar de países com crescimento económico diferente, pode-se verificar que facto no máximo da amostra total que é de 37,99% e o mínimo de -6,51%.

## **5.2. Matriz de correlação**

**Tabela 4 -** Coeficientes de correlação

	LLP_	Ta	Ebt	CAP	npl	PIB
LLP_	1					
TA	-0.1663*	1				
EBIT	-0.0980*	0.1145*	1			
CAP	0.2417*	-0.4504*	0.1040*	1		
NPL	0.1727*	-0.0925	-0.0324	0.0531	1	
PIB	-0.0595*	-0.1652*	-0.0564*	0.1110*	-0.0174	1

\*Nível significância a 5%

LLP: rácio entre as imparidades e o ativo total; TA: total do ativo; EBIT: rácio dos resultados antes de impostos e imparidades e o ativo total; CAP: *tier I*; NPL: variação de crédito em risco; PIB: crescimento do PIB.

A matriz de correlação de Pearson mostra os coeficientes de correlação das variáveis independentes e dependente do modelo. Todas as variáveis independentes do modelo são estatisticamente significativa com a variável dependente com um nível de significância de 5%.

O TA, EBT e o PIB têm uma correlação negativa com a variável dependente e as restantes variáveis, CAP e NPL têm uma correlação positiva com a variável dependente.

### 5.3. Análise dos resultados da regressão

#### 5.3.1. Gestão de resultados

A tabela 5 apresenta as estimativas dos coeficientes para a estimação do modelo afim de testar a existência de práticas de gestão de resultados.

O TA (total do ativo) é estatisticamente significativa com o sinal negativo, pelo que existe evidência que o tamanho do banco influencia no reconhecimento do LLP, isto é, um aumento no TA significa uma diminuição no LLP. Essa evidência não é consistente com Anandarajan et al. (2007) que no seu estudo não encontra significância estatística para essa variável.

**Tabela 5** - Gestão de resultados

	sinal esperado	(I)	(II)	(III)
_cons		0.095685 (0.014)	0.079795 (0.018)	0.021189 (0.444)
Ta	+	-0.00599 (0.0080)*	-0.00456 (0.021)*	-0.00232 (0.1640)
EBIT	+	-0.53815 (0.0320)*	-0.71756 (0.012)*	0.049914 (0.7500)
CAP	-	0.005309 (0.0250)*	0.006078 (0.027)*	0.005928 (0.0530)
Npl	+	0.086437 (0.2320)	0.062684 (0.394)	0.158877 (0.0000)*
PIB	+	-0.07689 (0.3860)	-0.07048 (0.34)	-0.03067 (0.6290)
Cot		-0.00778 (0.0100)*	-0.01969 (0.002)*	-0.00652 (0.1440)
bas3		0.005921 (0.0640)	0.004916 (0.112)	0.02626 (0.0000)*
Cot*ebt			0.610008 (0.053)	-0.03177 (0.8740)
bas3*ebt				-1.03348 (0.0000)*
<b>Dummy país</b>		Sim	Sim	Sim
<b>Dummy ano</b>		Não	Não	Não
<b>Nº de observações</b>		212	212	212
<b>R-squared</b>		0.4778	0.5315	0.6606
<b>Ajd R-squared</b>		0.01982	0.01882	0.01606
<b>F-statistic</b>		2.04	1.97	5.17
<b>P-value (F-statistic)</b>		0.0191	0.0218	0.0000

\*Nível significância a 5%

LLP: rácio entre as imparidades e o ativo total; TA: total do ativo; EBIT: rácio dos resultados antes de impostos e imparidades e o ativo total; CAP: *tier I*; NPL: variação de crédito em risco; PIB: crescimento do PIB; BAS3: dummy Basileia III; COT: dummy cotada.

O EBT (rácio do resultado antes do imposto e LLP e ativos totais) é negativo e estatisticamente significativa com a variável LLP. Com isto rejeitamos a H2, isto é, existe prática de gestão de resultados por parte dos países da amostra mas no sentido contrário. Existe prática de gestão de resultados mas no sentido contrário ao que se esperava, isto porque o

coeficiente é negativo. Este resultado significa que aumentam as imparidades para diminuir o EBIT, ou seja, não utilizam as imparidades para aumentar os resultados.

Mesmo quando a regressão é corrida com as variáveis de interação, isto é,  $BA3*EBIT$ , o EBIT não altera o coeficiente e deixa de ser estatisticamente significativa. Quando utiliza-se o coeficiente de interação  $COT*EBIT$ , o coeficiente do EBIT mantém-se negativo e estatisticamente significativa.

A  $\Delta NPL$  (variação in non-performing loans / average loans outstanding) é positivo e estatisticamente não significativo. Este resultado contradiz a evidência de Ahmed et al. (1999). Esta variável passa a ser estatisticamente significativa no modelo III.

A taxa de crescimento do PIB não é estatisticamente significativa em todos os modelos, isto é, a taxa de crescimento do PIB não influencia no reconhecimento do LLP por parte dos países da amostra.

A variável COT é negativa e estatisticamente significativa, logo existe evidência de que se um banco é cotado os LLPs é inferior em comparação com bancos não cotados. Com isto os bancos não cotados apresentam mais LLPs do que as não cotadas o que demonstra que os bancos não cotados apresentam maiores práticas de gestão de resultados e de capital. Nas regressões I e II esta variável é estatisticamente significativa mas na regressão III deixa de ser.

A variável BAS3 é positiva e estatisticamente significativa no modelo (i), isto significa que na Basileia III os bancos reforçaram o reconhecimento de LLP para reduzir os resultados. Mas por outro lado no modelo II a variável deixa de

ser estatisticamente significativa. Por outro lado a variável de interação BAS3\*EBT é estatisticamente significativa mas com um coeficiente negativo.

No anexo XII foi testado ainda a existência de gestão de resultados através da dummy PALOPS mas os resultados permaneceram iguais, isto é, a variável EBT continua com o coeficiente negativo. A dummy PALOPS é estatisticamente significativa com um coeficiente negativo, o que significa que os países dos palops adotam mais práticas de gestão de resultados como era de se esperar. A variável de interação PALOPS\*EBT é estatisticamente significativa e positivo.

### **5.3.2. Gestão de Capital**

No modelo base verificamos existência da prática de gestão de resultados por via dos LLPs nos bancos da amostra no sentido contrário ao esperado. A variável Cap têm um coeficiente positivo e é estatisticamente significativa, isto é, há prática de gestão de capital no sentido contrário ao esperado também. Um aumento no LLP significa um aumento no CAP. (tabela 6)

Esta evidência contradiz os resultados de Ahmed et al. (1999) em que os seus resultados demonstraram a prática de gestão de capital por parte dos bancos dos EUA no período de 1986-1995 mas com um coeficiente negativo, período esse que abarca a o antes e o depois da introdução da Basileia I. Outros autores estudaram a prática de gestão de capital por via dos LLPs pelos bancos em outros países como por exemplo Austrália, é o caso do Anandarajan et al. (2007) que por sua vez não encontra evidência de existência de gestão de capital por parte dos bancos da Austrália no período de 1991-2001 período que abarca apenas a Basileia I.



**Tabela 6** - Gestão de capital

	sinal esperado	(I)	(II)	(III)
_cons		0.095685 (0.014)	0.094248 (0.011)	0.0934042 (0.0180)
Ta	+	-0.00599 (0.0080)*	-0.00597 (0.0070)*	-0.00598 (0.0060)*
Ebt	+	-0.53815 (0.0320)*	-0.52325 (0.0260)*	-0.52443 (0.0260)*
CAP	-	0.005309 (0.0250)*	0.005615 (0.0090)*	0.006081 (0.1550)
Npl	+	0.086437 (0.2320)	0.086206 (0.2240)	0.085946 (0.2290)
PIB	+	-0.07689 (0.3860)	-0.07769 (0.3800)	-0.07954 (0.3710)
Cot		-0.00778 (0.0100)	-0.00783 (0.0100)	-0.00636 (0.4570)
bas3		0.005921 (0.0640)*	0.010986 (0.5460)	0.011248 (0.5210)
COT*CAP	-	-	-0.00288 (0.7870)	-0.00079 (0.8810)
BAS3*CAP	-	-	-	-0.00305 (0.7650)
Dummy país	-	Sim	Sim	Sim
Dummy ano	-	Não	Não	Não
Nº de observações	-	212	212	212
R-squared	-	0.4778	0.4789	0.479
Ajd R-squared	-	0.01982	0.01985	0.0199
F-statistic	-	2.04	1.91	1.81
P-value (F-statistic)	-	0.0191	0.0273	0.0350

\*Nível significância a 5%

LLP: rácio entre as imparidades e o ativo total; TA: total do ativo; EBT: rácio dos resultados antes de impostos e imparidades e o ativo total; CAP: *tier I*; NPL: variação de crédito em risco; PIB: crescimento do PIB; BAS3: dummy Basileia III; COT: dummy cotada.

Quando o modelo é corrido com a *dummy* palops os coeficientes permanecem com os mesmos sinais. A variável de interação PALOPS\*CAP não é estatisticamente significativa pelo que não se pode concluir sobre diferenças de práticas de gestão de capital nestes países.

### **5.3.3. Teste de robustez**

Uma vez que os resultados da regressão apontam resultados ao contrário da literatura existente foi feito dois testes de robustez, a primeira foi separar a amostra em três grupos, o primeiro grupo é constituído pelos países pertencentes aos PALOPS, o segundo grupo é constituída pelos países com influência inglesa na sua contabilidade (África do Sul e Nigéria) e o ultimo grupo é constituído por Marrocos e pelo Egipto. (Ahmed et al. 1999; Shen & Huang 2013)

Quando a regressão é estimada só com os países dos PALOPS constata-se que os sinais dos coeficientes alteram em que o EBT fica positivo e o CAP negativo, mas não são estatisticamente significativas, mas não se pode concluir nada para na amostra constituída com os países dos PALOPS uma vez que o número de observações é insuficiente. Logo não se pode concluir nada para este grupo de países.

Quando a regressão é estimada com os países África do Sul e Nigéria os resultados permanecem iguais, isto é, as variáveis EBIT e CAP são estatisticamente significativas mas com o sinal contrário. Pelo que as conclusões mantêm-se iguais.

Quando o modelo é corrido só com os países do Norte de África encontra-se evidências de existência de gestão de capital uma vez que o coeficiente da variável CAP é negativa e estatisticamente significativa. Ao que vai de encontro as evidências de Ahmed et al. (1999). Mas por outro lado o coeficiente da variável EBIT permanece negativo.

O segundo teste de robustez consiste em fazer um desfasamento de um ano na variável EBT e CAP uma vez que poderão ter feito gestão de resultados com as imparidades do ano anterior.

Os resultados sofreram alterações com a introdução das variáveis desfasadas em um ano. No grupo de países do norte de África verifica-se a existência de gestão de capital uma vez que o coeficiente CAP desfasado em um ano tem um coeficiente negativo e é estatisticamente significativa o que vai de encontro com os resultados de Ahmed et al. (1999).

O grupo de países dos PALOPS e de South Africa permaneceram com os mesmos resultados. Com os testes de robustez conclui-se a existência de gestão de capital no Egito e em Marrocos como se esperava.

## **6. Conclusão**

Os principais resultados desse estudo levam a concluir que os países da amostra praticam gestão de resultados e de capital no sentido contrário ao que se esperava. Com isto conclui-se que as evidências deste estudo são totalmente contrárias com a literatura existente, uma vez que esperava ter evidências de gestão de resultados (Anandarajan et al. 2007; Ahmed et al. 1999; Shen & Huang 2013).

A contradição dos resultados pode ser explicado pelo facto de a amostra ser pequena uma vez que quando se fez os testes de robustez em que se separou a amostra em PALOPS, South Africa e North de Africa repara-se que os PALOPS têm apenas 14 bancos o que não constitui uma amostra significativa.

No teste de robustez quando se faz o desfasamento de um ano nas variáveis EBT e CAP consegue-se chegar a conclusão de prática de gestão de

capital pelos países do norte da África, isto é, Egito e Marrocos que vai de encontro as evidências de Shen & Huang (2013). A amostra dos países dos palops é muito pequena pelo que não permite tirar conclusões constituindo assim uma limitação deste estudo.

### **Limitações do estudo**

A principal limitação desse estudo prende-se com a base de dados uma vez que tinha muitos *missing values* o que empobreceu os resultados. Essa desvantagem não permitiu chegar ao resultado esperado apesar de se ter feito vários testes de robustez para a amostra. Esta continua a ser um dos pontos fracos da literatura em África que não permite o seu desenvolvimento.

Relativamente a amostra constituída pelos países dos palops que era o foco para se fazer a comparação obteve-se poucas observações. Por isso não permitiu tirar nenhuma conclusão relativamente a este grupo porque as observações eram insignificantes.

Uma outra limitação desse estudo refere-se aos regimes contabilísticos diferentes, uma vez que o período amostral ainda não abarcava apenas o período em que os países da amostra tivessem regimes contabilísticos baseadas nas IFRS.

### **Sugestões para investigação futura**

Seria interessante estudar os períodos futuros em que todos os bancos da amostra em concreto terão adotado as IFRS no setor bancário, talvez assim poderá se chegar a resultados mais conclusivos. Aplicar o mesmo estudo mas com uma amostra maior.

## 7. Bibliografia

- Ahmed, A.S., Takeda, C. & Thomas, S. (1999). Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, earnings management and signaling effects. *Journal of Accounting and Economics*, 28(1), 1–25.
- Anandarajan, A., Hasan, I. & McCarthy, C. (2007). *Use of loan loss provisions for capital, earnings management and signalling by Australian banks*, *Accounting & Finance*, 47(3), 357-379
- Assenso-Okofu, O., Ali, M.J. & Ahmed, K. (2011). The Development of Accounting and Reporting in Ghana. *International Journal of Accounting*, 46(4), 459–480.
- Balthazar, L. (2006). *From Basel 1 to Basel 3: The Integration of State-of-the-Art Risk Modeling in Banking Regulation*. (pp 209-213) Palgrave Macmillan UK, ed.
- Bankscope, Versão 65.00. [Base de dados]. [Acesso em 26/6/2016].
- Beatty, A., Chamberlain, S.L. & Magliolo, J. (1995). Managing Financial Reports of Commercial Banks : The Influence of Taxes , Regulatory Capital and. *Journal of Accounting Research*, 33(2), 231–261.
- Beatty, A. & Liao, S. (2014). Financial accounting in the banking industry: A review of the empirical literature. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2-3), 339–383.
- Beccalli, E. et al. (2013). Earnings management, forecast guidance and the banking crisis. *The European Journal of Finance*, 21(3), pp.242–268.
- Bjurman, A. & Rahman, A. (2014). *Who is winning the earnings game ?* Umeå School of Business and Economics, 1-136.

- Briguglio, L. (1995). Small Island Developing States and Their Economic Vulnerabilities. *Pergamon World Development*, 23(9), pp.1615–1632.
- Burgstahler, D. & Dichev, I. (1997). Earnings management to avoid earnings decreases and losses. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 99-126.
- Bush, B.J. & Maltby, J. (2004). Taxation in West Africa: Transforming the colonial subject into the “governable person.” *Critical Perspectives on Accounting*, 15(1), 5–34.
- Bushman, R.M. (2014). Thoughts on financial accounting and the banking industry. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2-3), 384–395.
- Bushman, R.M. & Williams, C.D. (2012). Accounting Discretion , Loan Loss Provisioning and Discipline of Banks ’ Risk-Taking Accounting Discretion , Loan Loss Provisioning , and Discipline of Banks ’ Risk-Taking. *Journal of Accounting and Economics*, 54(1), 1-18.
- Collins, J.H., Shackelford, D.A. & Wahlen, J.M. (1995). Bank Differences in the Coordination of Regulatory Capital, Earnings, and Taxes. *Journal of Accounting Research*, 33(2), 263–291.
- Dechow, P., Ge, W. & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344–401.
- Dechow, P.M. & Schrand, C.M. (2004). *Earnings quality*.
- Defond, M.L. & Park, C.W. (1997). Smoothing income in anticipation of future earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 23(2), 115–139.
- Enomoto, M., Kimura, F. & Yamaguchi, T. (2015). Accrual-based and real

- earnings management: an international comparison for investor protection. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 11(3), pp.183–198.
- Faria, A. (2015). Gestão de resultados e de capital no setor bancário Europeu. Tese de Mestrado no Lisbon School of management - ISEG.
- George, I. (2010). International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information. *International Review of Financial Analysis*, 19(3), 193–204.
- Graham, J.R., Harvey, C.R. & Rajgopal, S. (2005). The economic implications of corporate financial reporting. *Journal of Accounting and Economics*, 40(1-3), 3–73.
- Gray, S.J. (1983). Towards a Theory of Cultural Influence on the Development of Accounting Systems Internationally. *Abacus*, 24(1), 1-15.
- Greenawalt, M.B. & Sinkey, J. Joseph F. (1988). Bank Loan-Loss Provisions and the Income-Smoothing Hypothesis : An Empirical Analysis , 1976-1984. *Journal of Financial services Research*, 1, 301–318.
- Hassabelnaby, H.R., Epps, R.W. & Said, A.A. (2003). the Impact of Environmental Factors on Accounting Development : an Egyptian Longitudinal Study. *Critical Perspectives on Accounting*, 14(3), 273–292.
- Healy, P. & Wahlen, J. (1999). A Review of the Earnings Management Literature and Its Implications for Standard Setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365–383.
- Leuz, C., Nanda, D. & Wysocki, P.D. (2003). Earnings management and investor protection: An international comparison. *Journal of Financial Economics*, 69(3), 505–527.

- Luther, R.G. & Longden, S. (2001). Management accounting in companies adapting to structural change and volatility in transition economies: a South African study. *Management Accounting Research*, 12(3), 299–320.
- Nobes, C. (1998). Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting. *Abacus*, 34(2), 162–187.
- Pududu, M.L. & De Villiers, C. (2016). Earnings Management Through Loss Avoidance : Does South Africa Have a Good Story To Tell? *South African Journal of Economic and Management Sciences*, 19(1), 18–34.
- Rahaman, A.S. (2010). Critical accounting research in Africa: Whence and whither. *Critical Perspectives on Accounting*, 21(5), 420–427.
- Shen, C.H. & Huang, Y.L. (2013). Effects of earnings management on bank cost of debt. *Accounting and Finance*, 53(1), 265–300.
- Sian, S. (2007). Reversing exclusion: The Africanisation of accountancy in Kenya, 1963-1970. *Critical Perspectives on Accounting*, 18(7), 831–872.
- Yu, F. (2008). Analyst coverage and earnings management. *Journal of Financial Economics*, 88(2), 245–271.
- Zehri, F. & Chouaibi, J. (2013). Journal of Economics , Finance Adoption determinants of the International Accounting Standards IAS / IFRS by the developing countries. *Journal of Economics, Finance and Administrative Science*, 18(35), 56–62.



## 8. Anexo

## Anexo I - Número de bancos por país

	PAISES	Amostra Inicial	Bancos Eliminados	Amostra final	Frequência
1	Algeria	19	1	18	8.87%
2	Angola	19	1	18	8.87%
3	Cape Verde	6	0	6	2.96%
4	Egypt	35	0	35	17.24%
5	Equatorial Guinea	2	0	2	0.99%
6	Guiné Bissau	2	0	2	0.99%
7	Morocco	25	0	25	12.32%
8	Mozambique	18	0	18	8.87%
9	Nigeria	37	2	35	17.24%
10	São Tome e Principe	1	0	1	0.49%
11	South Africa	47	4	43	21.18%
	<b>TOTAL</b>	211		203	

## Anexo II - Número de bancos cotados e não cotados

	PAÍSES	Amostra total	%	Cotadas	%	Não cotadas	%
1	Algeria	18	8.87%	18	100.00%	0	0.00%
2	Angola	18	8.87%	18	100.00%	0	0.00%
3	Cape Verde	6	2.96%	4	66.67%	2	33.33%
4	Egypt	35	17.24%	21	60.00%	14	40.00%
5	Equatorial Guinea	2	0.99%	2	100.00%	0	0.00%
6	Guiné Bissau	2	0.99%	2	100.00%	0	0.00%
7	Morocco	25	12.32%	18	72.00%	7	28.00%
8	Mozambique	18	8.87%	18	100.00%	0	0.00%
9	Nigeria	35	17.24%	18	51.43%	17	48.57%
10	São Tome e Principe	1	0.49%	1	100.00%	0	0.00%
11	South Africa	43	21.18%	30	69.77%	13	30.23%
	<b>TOTAL</b>	203	100.00%	150	73.89%	53	26.11%

**Anexo III** - estatísticas descritivas amostra total

variable	N	Mean	p50	sd	min	Max
LLP_	1222	0.013	0.006	0.025	0.000	0.348
Ativo	1498	7 412 632	1 272 193	17 300 000	76	150 000 000
Ebt	1567	0.020	0.018	0.037	-0.187	0.385
Cap	435	0.168	0.140	0.082	0.010	0.490
Npl	441	0.010	0.004	0.079	-0.436	0.788
PIB	2036	0.051	0.046	0.046	-0.065	0.380

**Anexo IV** - estatísticas descritivas bancos cotados

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
LLP_	888	0.014	0.027	0.000	0.348
Ativo	1092	4 685 115	11 300 000	76	94 800 000
Ebt	1138	0.017	0.034	-0.181	0.245
Cap	243	0.178	0.092	0.010	0.490
Npl	226	0.014	0.103	-0.436	0.788
PIB	1453	0.050	0.043	-0.065	0.380

**Anexo V** - estatísticas descritivas bancos não cotados

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
LLP_	334	0.010	0.016	0.000	0.136
Ativo	406	14 700 000	26 100 000	16 764	150 000 000
Ebt	429	0.026	0.043	-0.187	0.385
Cap	192	0.156	0.066	0.060	0.380
Npl	215	0.006	0.042	-0.133	0.251
PIB	583	0.054	0.054	-0.015	0.337

**Anexo VI** - estatísticas descritivas Basileias anteriores

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
LLP_	918	0.013	0.024	0.000	0.348
Ativo	1150	7 367 723	17 600 000	76	150 000 000
ebt	1229	0.020	0.038	-0.187	0.385
cap	338	0.171	0.084	0.050	0.490
npl	276	0.007	0.061	-0.436	0.496
PIB	1665	0.054	0.049	-0.045	0.380

**Anexo VII** - estatísticas descritivas Basileia III

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
LLP_	304	0.012	0.027	0.000	0.269
Ativo	348	7 561 040	16 200 000	2 719	135 000 000
ebt	338	0.019	0.034	-0.144	0.189
cap	97	0.157	0.076	0.010	0.450
npl	165	0.016	0.103	-0.243	0.788
PIB	371	0.035	0.021	-0.065	0.072

**Anexo VIII** - estatísticas descritivas Países com maior PIB

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
LLP_	945	0.012	0.025	0.000	0.269
Ativo	1190	9 073 217	19 000 000	1 619	150 000 000
Ebt	1242	0.023	0.034	-0.187	0.385
Cap	368	0.166	0.079	0.010	0.460
Npl	380	0.005	0.058	-0.436	0.496
PIB	1717	0.048	0.046	-0.015	0.337

**Anexo IX - estatísticas descritivas PALOPS**

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
LLP_	277	0.014	0.024	0.000	0.348
Ativo	308	996 738	1 885 167	76	9 597 370
ebt	325	0.008	0.044	-0.181	0.111
cap	67	0.182	0.098	0.070	0.490
npl	61	0.044	0.153	-0.243	0.788
PIB	319	0.066	0.042	-0.065	0.380

**Anexo X – estatísticas descritivas LLP em função dos países**

Countrypname	N	Mean	p50	sd	min	max
Algeria	142	0.010	0.007	0.011	0.000	0.069
Angola	120	0.014	0.009	0.015	0.000	0.065
Cape Verde	30	0.007	0.007	0.006	0.000	0.022
Egypt	258	0.008	0.004	0.018	0.000	0.233
Equatorial Guine	10	0.013	0.010	0.014	0.002	0.041
Guinea Bissau	4	0.106	0.037	0.163	0.002	0.348
Morocco	144	0.007	0.004	0.009	0.000	0.054
Mozambique	112	0.013	0.008	0.014	0.000	0.063
Nigeria	103	0.010	0.007	0.012	0.000	0.092
Sao Tome and Principe	1	0.011	0.011	.	0.011	0.011
South Africa	298	0.020	0.006	0.038	0.000	0.269
Total	1222	0.013	0.006	0.025	0.000	0.348

**Anexo XI - Gestão de resultados com dummy PALOPS**

	sinal esperado	(i)	(ii)
C		0.065178 (0.0310)	0.065988 (0.0280)
Ta	+	-0.00288 (0.0450)*	-0.00295 (0.0410)*
Ebt	+	-0.5402 (0.0400)*	-0.57469 (0.0340)*
CAP	-	0.006245 (0.0070)*	0.006882 (0.0040)*
Npl	+	0.118879 (0.1110)	0.114376 (0.1330)
PIB	+	-0.15711 (0.0300)*	-0.19221 (0.0160)
Cot		-0.00744 (0.0130)*	-0.00595 (0.0440)*
bas3		0.006656 (0.0430)	0.006958 (0.0360)
DPALOP		-0.00994 (0.0460)	-0.02765 (0.0080)
DPALOPS*EBT		-	0.723201 (0.0310)*
<b>Dummy país</b>		Não	Não
<b>Dummy ano</b>		Não	Não
<b>Nº de observações</b>		212	212
<b>R-squared</b>		0.4106	0.4232
<b>Ajd R-squared</b>		0.0208	0.02062
<b>F-statistic</b>		2.24	2.48
<b>P-value (F-statistic)</b>		0.0259	0.0105

**Anexo XII - Gestão de capital com dummy PALOPS**

	sinal esperado	(i)	(ii)
C		0.065178 (0.0310)	0.063938 (0.033)
Ta	+	-0.00288 (0.0450)*	-0.00283 (0.048)*
Ebt	+	-0.5402 (0.0400)*	-0.54879 (0.038)*
CAP	-	0.006245 (0.0070)*	0.006612 (0.006)*
Npl	+	0.118879 (0.1110)	0.118788 (0.115)
PIB	+	-0.15711 (0.0300)*	-0.16506 (0.024)*
Cot		-0.00744 (0.0130)*	-0.00711 (0.016)*
bas3		0.006656 (0.0430)*	0.006686 (0.042)*
DPALOP		-0.00994 (0.0460)*	0.017805 (0.259)
DPALOPS*CAP			-0.01728 (0.107)
<b>Dummy país</b>		Não	Não
<b>Dummy ano</b>		Não	Não
<b>Nº de observações</b>		212	212
<b>R-squared</b>		0.4106	0.414
<b>Ajd R-squared</b>		0.0208	0.02079
<b>F-statistic</b>		2.24	2.04
<b>P-value (F-statistic)</b>		0.0259	0.0365

**Anexo XIII - Teste de robustez - com amostra dividida em 3 grupos de países**

	PALOPS	SOUTH AFRICA	NORTH AFRICA
Ta	0.0027651 (0.61809)	-0.00578 (0.021)*	-0.00202 (0.0000)*
Ebt	0.1338889 (0.3910)	-0.61127 (0.022)*	-0.12751 (0.0050)*
CAP	-0.0006476 (0.8400)	0.008833 (0.012)*	-0.00195 (0.0130)*
Npl	0.0624154 (0.1960)	0.079656 (0.416)	-0.00309 (0.7120)
PIB	-0.1662011 (0.4700)	-0.2379 (0.038)*	-0.0101 (0.7650)
Cot	-0.0013106 (0.8810)	-0.01471 (0.002)*	-0.0015 (0.1510)
bas3	0.0030288 (0.3720)	0.003047 (0.423)	0.004651 (0.0000)*
C	-0.0286028 (0.6920)	0.121871 (0.0169)	0.04371 (0.0000)
Dummy país	NÃO	Não	Não
Dummy ano	NÃO	Não	Não
Nº de observações	14	130	63
R-squared	0.5786	0.4938	0.4494
Ajd R-squared	0.00369	0.0243	0.0032
F-statistic	2.22	3.17	8.8
P-value (F-statistic)	0.1758	0.0041	0.0000

**Anexo XIV** - Teste de robustez – com variáveis EBT e CAP com um desfasamento temporal de um ano

	PALOPS	NORTH AFRICA	SOUTH AFRICA
EBTI1	-0.09564 (0.4220)	-0.0269 (0.7000)	-0.7124183 (0.025)*
CapL1	0.006049 (0.0270)*	-0.00196 (0.0040)*	0.013048 (0.001)*
ta	-0.00234 (0.5260)	-0.00147 (0.0140)*	-0.0053598 (0.018)*
npl	0.065992 (0.0230)*	-0.06823 (0.0110)*	0.2059646 (0.012)*
cot	-0.02868 (0.0300)*	-0.00164 (0.2080)	-0.0148709 (0.002)*
bas3	0.003968 (0.0910)**	0.004042 (0.0070)*	0.0022364 (0.527)
PIB	-0.4469 (0.0630)**	0.036315 (0.3180)	-0.2786546 (0.006)*
_cons	0.060073 (0.2700)	0.031397 (0.0020)	0.1106778 (0.011)
Dummy país	NÃO	Não	Não
Dummy ano	NÃO	Não	Não
Nº de observações	13	73	133
R-squared	0.8439	0.5322	0.5158
Ajd R-squared	0.00237	0.00458	0.02466
F-statistic	11.31	3.55	5.07
P-value (F-statistic)	0.0084	0.0028	0.0000